

Coelho Moreira Faria, Maria Vilma; de Andrade Pereira, Josiane
A REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO HUMANO,
SUSTENTABILIDADE E COOPERAÇÃO ENTRE OS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DO CEARÁ
Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 14, núm. 3, 2012, pp. 395-408
Universidade Federal de Lavras
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87825497009>



Organizações Rurais & Agroindustriais,
ISSN (Versão impressa): 1517-3879
fic@unaes.com.br
Universidade Federal de Lavras
Brasil

AREDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO HUMANO, SUSTENTABILIDADE E COOPERAÇÃO ENTRE OS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DO CEARÁ

The network of solidary economy of agroecological cotton: human development, sustainability and cooperation between farmers of the state of Ceará

RESUMO

A economia solidária, enquanto forma de reorganização social de várias esferas da ação humana, tem se expandido notavelmente nas últimas décadas e assumido várias formas e configurações. Objetivou-se, neste artigo, principalmente, analisar a influência de três dimensões da economia solidária: cooperação, desenvolvimento humano e sustentabilidade, entre produtores rurais que integram a chamada “Justa Trama” - Rede Solidária do Algodão Agroecológico-. Essa rede atua desde a produção do algodão até a confecção e comercialização das roupas e acessórios. O estudo caracteriza-se como qualitativo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas a diversos informantes-chave e a vinte e cinco agricultores. Os entrevistados atuam na primeira etapa de produção do algodão agroecológico no estado do Ceará. Os dados coletados revelaram que as dimensões estudadas, apesar de serem articuladas e compreendidas de forma incipiente pelos trabalhadores rurais, fazem parte das suas práticas cotidianas. A inserção dos produtores rurais no contexto dessa rede tem trazido vários benefícios para os agricultores, como o aumento da renda e consciência ambiental, e incentivado a solidariedade e cooperação mútua.

Maria Vilma Coelho Moreira Faria
Professora Adjunta
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
vilmamoreira@gmail.com

Josiane de Andrade Pereira
Doutoranda da Escola de Administração de Empresas de São Paulo
jjosianeandrade@hotmail.

Recebido em 18/11/09. Aprovado em 16/10/12
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Cristina Lelis Leal Calegario

ABSTRACT

The solidarity-based economy as a form of social reorganization of several areas of human action has remarkably expanded in the last decades and it has taken several forms and configurations. This study has as its main objective to analyze the influence of three dimensions of the social solidarity-based economy: cooperation, human development, and sustainability among rural workers who integrate the so-called *Justa Trama*, that means, the solidarity-based network of agroecological cotton which ranges from the production of cotton to the manufacturing and trade of pieces of cloth and accessories. This study is characterized as qualitative. The data collection was carried out through semi-structured interviews applied to several key informants and twenty five rural workers. The interviewees work in the first stage of the cotton production, in the state of Ceará. The data collected revealed that the studied dimensions, although are articulated and understood in a very superficial way by the rural workers, are part of their daily activities. The insertion of the rural workers within the network has brought about several benefits for the workers such as the raising of income and environmental awareness, stimulating cooperation and solidarity.

Palavras-Chave: Economia solidária, algodão agroecológico, cooperação, desenvolvimento humano, sustentabilidade.

Keywords: Solidarity-based economy, Network, Agroecological cotton, Cooperation, Human Development, Sustainability

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a economia solidária no Brasil enfatizam esta estratégia de organização da produção, como uma forma de inserção de indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho. Em muitos países, estudos destacam que os empreendimentos solidários tornaram-se importantes geradores de trabalho e renda, e isso é traduzido, na maioria das vezes, na permanência de indivíduos no mercado, e em maiores perspectivas de sobrevivência (GAIGER et al., 1999).

Este estudo analisa alguns aspectos inerentes à prática da economia solidária, tais como: cooperação, desenvolvimento humano e sustentabilidade, no contexto de uma rede solidária de produção do algodão agroecológico, - a rede Justa Trama -. O início do seu processo de produção é o cultivo e a plantação do algodão agroecológico. A fiação e a tecelagem constituem a segunda etapa do processo, e, por fim, a confecção de roupas e acessórios que chegam ao mercado com a marca Justa Trama.

A plantação e o cultivo do algodão acontecem em oito municípios do estado do Ceará; a fiação, a tecelagem

e a confecção dos produtos acontecem nas regiões sudeste e sul do país, onde são aplicados sementes e corantes oriundos da Amazônia, região Norte do país. A rede possui mais de 700 trabalhadores, que exercem diferentes funções, tais como: coletores de sementes, agricultores, fiadores, tecedores, costureiras, bordadeiras e serígrafos.

A rede Justa Trama ultrapassa barreiras geográficas num imbricado sistema de relações sociais conectando realidades locais ao mundo globalizado. Reconhecendo a importância dos trabalhadores rurais para a realização dos objetivos da rede, esse trabalho busca analisar a sua inserção a partir de três categorias analíticas, presentes na dinâmica de funcionamento da rede e baseadas nos princípios da economia solidária – cooperação, desenvolvimento humano e sustentabilidade. Portanto, foi levantado o seguinte problema de pesquisa: como as práticas de cooperação, desenvolvimento humano e sustentabilidade existente na rede Justa Trama influenciam a atuação dos produtores rurais nela inseridos?

A metodologia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas.

A importância do tema deve-se à emergência e expansão da prática de economia solidária no Brasil. Isso acontece tanto pela perspectiva de redução da miséria, por meio da geração de renda de uma atividade produtiva, quanto pela proposta lançada de um formato econômico mais justo e solidário.

Primeiramente será apresentada uma discussão acerca da economia solidária, enquanto forma alternativa de organização da produção. Depois se faz uma breve contextualização sobre a rede *Justa Trama*, a metodologia, a coleta e análise dos dados e, por fim, as considerações finais do estudo.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária, enquanto forma de organização do trabalho, ganha cada vez mais espaço na sociedade globalizada, em que os modelos flexíveis de produção passam a ser largamente disseminados e os trabalhadores, excluídos de formas tradicionais de inserção na força de trabalho, buscam formas alternativas de organização laboral. Seu surgimento e expansão são decorrentes de processo histórico do sistema capitalista.

De fato, a primazia do capitalismo na organização da sociedade adveio com o fim da Guerra Fria. O fim do socialismo centralizado sinalizava para o capitalismo como o modo de produção hegemônico, ou seja, uma alternativa singular para se organizar uma sociedade (METELLO, 2007).

Segundo Sousa e Rodriguez (2002), existe uma ideia de que não há alternativas ao capitalismo e essa aceitação é um fato sem precedentes na história. Contudo, Singer (2003, p. 86), pondera:

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

As noções de economia solidária nascem com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX, na Europa, que foi interpretado num contexto de resistência popular, fazendo crescer um grande número de experiências solidárias fortemente influenciadas pelos fatores de ajuda mútua (o mutualismo), cooperativismo e associação (FRANÇA FILHO, 2002).

Quanto à origem contemporânea do conceito de economia solidária, Nunes (2002) afirma que esse nasceu na França, na década de 1990, sendo parte de fortes discussões quanto às mudanças que a economia sofria no final do século XX. Nessa época, o desenvolvimento econômico foi inversamente proporcional ao aumento do bem-estar na sociedade, pois, de fato, o fenômeno foi responsável por uma crise de desemprego e exclusão social.

Paul Singer foi o precursor da expressão “economia solidária” no Brasil, no ano de 1996, com o artigo “Economia solidária contra o desemprego”, publicado pelo jornal “Folha de São Paulo” (PINTO, 2006 citado por METELLO, 2007). Segundo Lisboa (2003 citado por METELLO, 2007), no início da década de 1990 é quando se encontram as primeiras discussões acerca da economia solidária, no Brasil, escritas por José Fernandes Dias, que já se movia com a questão, a partir do termo “Produção Comunitária”.

Segundo Arruda (1999), Lisboa (1999) e Singer (2000), as consequências da globalização e a insuficiência do mercado para absorver mão de obra foram determinantes para o surgimento de modelos de organização do trabalho, em que a solidariedade forma o princípio básico. Carrion (2003) destaca que a economia solidária é parte de um contexto de desemprego, no qual se reflete uma realidade de exclusão social sem precedentes na história do capitalismo.

Handy (1995) destaca que a sociedade é caracterizada tanto por avanços, que representam melhorias - como o aumento da expectativa de vida e a democracia política -, quanto por atrasos - como a pobreza e a desigualdade que, cada vez mais, atinge uma parcela maior da população mundial. Mesmo com a supremacia do capitalismo é possível observar, nos últimos anos, uma importante mudança quanto aos questionamentos da sociedade em torno do tema. Já existe uma pequena parcela da sociedade que luta a favor de uma globalização menos perversa.

Nessa direção, a economia solidária, enquanto forma de organização do trabalho ganha cada vez mais espaço na sociedade globalizada, em que os modelos flexíveis de produção passam a ser largamente disseminados e os trabalhadores, excluídos de formas tradicionais de inserção na força de trabalho, buscam formas alternativas de organização laboral. Essa forma de organização do trabalho tem como principais características a produção, distribuição, consumo, poupança, crédito organizados de forma coletiva, e a prática da autogestão. Segundo Singer (2002, p. 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O capitalismo é um modo de produção regido pelos princípios de direito da propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora de capital e a classe que ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

É possível afirmar que há um sério quadro de exclusão social ainda presente no Brasil, e que os indivíduos que fazem parte desse processo de exclusão procuram, por meio das mais variadas formas de trabalho – autônomo, individual, coletivo -, introduzirem-se na produção social. As formas de trabalho coletivo mais comuns são aquelas caracterizadas pela autogestão, com princípios evidentes, como democracia e a cooperação, e são esses que formam a economia solidária (SINGER, 2004).

Com a falta de perspectivas e a insegurança, os trabalhadores procuram (re)criar formas de defesa que lhes

possibilitem recuperar o trabalho, o salário, a dignidade. A economia solidária sugere uma solução coletiva para o problema do desemprego, promovendo a inserção de indivíduos num mercado de trabalho que exige padrões em que esses indivíduos já não se encaixam (GALVÃO, 1999).

Mesmo considerando a exclusão social e o desemprego fatores muito influentes no surgimento da economia solidária, Carrion (2003) afirma que não é prudente considerá-los como os únicos motivadores. As práticas de economia solidária ocorrem mediadas por aspectos econômicos, políticos e, ainda, por uma dimensão social. É uma maneira de resistir ao desemprego, e, ao invés da competição, tem a solidariedade como princípio básico. Contudo, os trabalhadores ou gestores muitas vezes abrem mão de melhores salários, para que todos tenham a oportunidade de continuar trabalhando (LAVILLE, 2002).

Nunes (2002, p. 62) também alerta para a importância de se reconhecer outros aspectos essenciais, sob diferentes pontos de vista, para compreensão do fenômeno da economia solidária:

[...] há aspectos econômicos sociais, políticos e culturais a serem observados, que, mesmo sendo imbricados, podem ser desdobrados com o intuito de propor um melhor entendimento do fenômeno. Do ponto de vista econômico, observa-se uma vinculação com o aumento do desemprego; do ponto de vista político, com o enfraquecimento da ideia de um Estado do Bem-Estar Social; do ponto de vista social, com a intranquilidade que se representa na junção dos dois problemas citados, e do ponto de vista cultural, com pretendidas modificações identitárias que estariam em gestação no momento.

No modelo capitalista, os funcionários estão sempre competindo por cargos e premiações. Nas cooperativas, a realidade é outra. O trabalho coletivo, a confiança e a ajuda mútua são essenciais para que possam competir, e não é possível que haja aqueles que se beneficiam em função de outros (SINGER, 2000).

Assim, as discussões sobre economia solidária vêm ganhando bastante expressão nos últimos anos no Brasil. Essas discussões têm como foco relevante a inclusão de indivíduos no processo de produção social, pois a paisagem social do país, no âmbito do desemprego, é, na grande maioria das vezes, a principal justificativa levantada pelos estudiosos para explicar a importância da prática da economia solidária. França Filho (2002) afirma que, atualmente, vive-se um fenômeno de multiplicação e amplitude das iniciativas e práticas socioeconômicas.

A economia solidária funciona como uma nova dinâmica econômica, formada por laços de solidariedade que constituem pequenas atividades econômicas formais ou informais. Para Singer (2000), economia solidária é um modo de se produzir com igualdade de direitos; são empreendimentos caracterizados pela autogestão - geridos pelos próprios trabalhadores – e os meios de produção pertencem a todos que trabalham com eles.

Conforme Razzeto (1998), a economia solidária é processo multifacetado em que se incluem solidariedade e economia. O autor afirma ainda que a solidariedade deve realizar-se nas diversas etapas do processo econômico - na produção, na distribuição, no consumo e na acumulação. O propósito não é escapar dentro do sistema ou oferecer ocupação aos que não possuem espaço numa economia globalizada e automatizada, mas criar novas oportunidades de produção a partir dos indivíduos que se encontram fora do sistema.

Singer (2000) afirma que o cenário econômico-social crítico dos anos 90 possibilitou o fortalecimento da economia solidária. Muitos indivíduos, parte de uma massa social excluída, focavam seus interesses na inserção no mercado. A década marcou modificações no formato do “trabalho assalariado”, que tinha poder absoluto no século XX. Diante desse contexto, foram redefinidas possibilidades de trabalho para muitas pessoas.

Manifestou-se, a partir daí, com uma forte pressão, uma “nova questão social”. Cabe ressaltar, porém, que ainda hoje, no Brasil, a alternativa ao desemprego é o principal motivo do surgimento de empreendimentos solidários.

Quanto à atuação dos empreendimentos solidários no Brasil, metade (50%) dos empreendimentos solidários atua exclusivamente na área rural, 33% na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. No que se refere às regiões do país em que atuam, vale ressaltar que no Sudeste a maioria (60%) atua na área urbana, e, nas regiões Norte e Nordeste, a participação dos empreendimentos solidários que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional (57% e 63%, respectivamente).

Sobre redes solidárias, Mance (2002) ressalta a importância desse formato organizacional para a sociedade atual, destacando-a como uma alternativa aos indivíduos excluídos pelo sistema capitalista, e afirma que foi frente a essa exclusão que surgiram diversas práticas de economia solidária. O autor destaca que, uma vez que seja aceita a ideia de que as redes de colaboração funcionam como uma alternativa ao desemprego e a exclusão de indivíduos da sociedade produtiva, é possível construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, valendo-se dos recursos que nele foram produzidos. Mas, destaca a principal condição para que isso aconteça: o consumo solidário. Ou seja, todos os

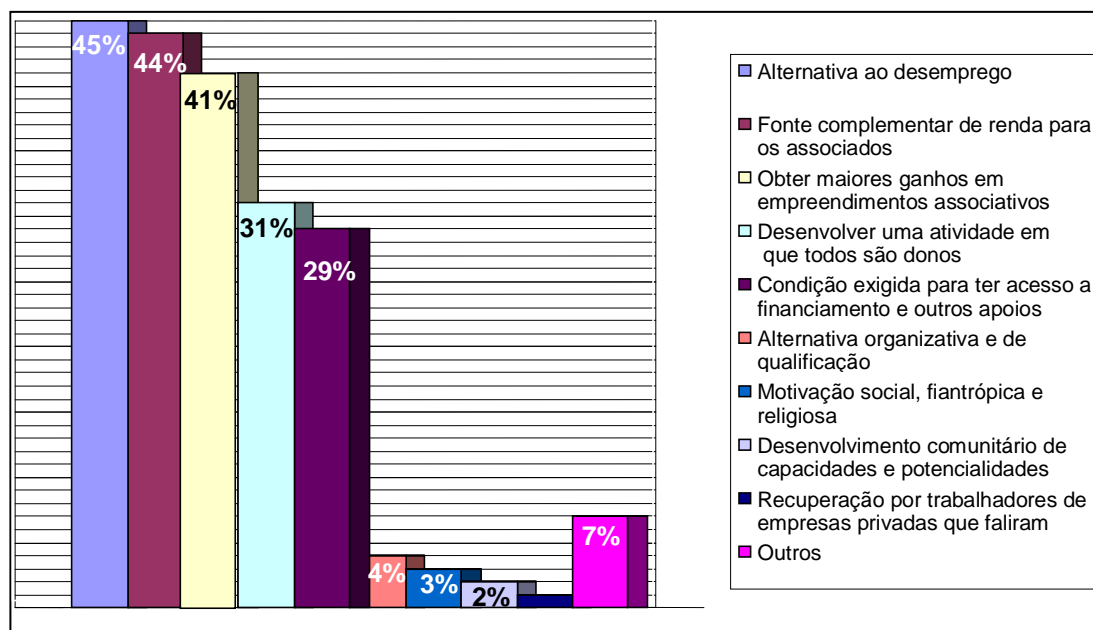


GRÁFICO 1 – Motivos para criação dos empreendimentos solidários no Brasil

Fonte: Atlas... (2005)

indivíduos, independente de suas atividades de consumo, devem preferir produtos que sejam originados pelas redes de colaboração, mesmo que isso lhes custe um pouco mais caro que o consumo de produtos elaborados sob a rede capitalista.

Sobre o campo da economia solidária no Brasil, França Filho (2002) sugere a seguinte representação:

Esta representação ilustra a diversidade de organizações que compõem a arquitetura social que envolve empreendimentos solidários no Brasil. Segundo França Filho (2002), o termo “economia solidária” representa atualmente um conjunto de organizações traçadas dentro de uma dinâmica atual no contexto das chamadas novas formas de solidariedade.

Por isso, destacam-se algumas dimensões que partem do conceito de economia solidária (cooperação, desenvolvimento humano e sustentabilidade).

A seguir são apresentadas algumas definições sobre a economia solidária, em que é possível identificar a existência das dimensões que são estudadas neste trabalho:

A cooperação, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade aparecem explícitos ou implícitos nas definições e conceitos da economia solidária, uma vez que a sua prática tem como sujeito e finalidade o indivíduo.

3 A REDE JUSTA TRAMA: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

A Justa Trama é uma rede dispersa por diferentes regiões do Brasil, formada por empreendimentos solidários, sejam eles cooperativas, associações de produtores ou microempresas autogestionárias, que atuam desde a produção e beneficiamento do algodão até a comercialização de roupas e acessórios.

O trabalho da rede Justa Trama caracteriza-se por uma união de forças que busca maiores chances de enfrentar as dificuldades impostas pelo mercado, o êxito em suas atividades, os benefícios para muitas famílias e a minimização do impacto ambiental.

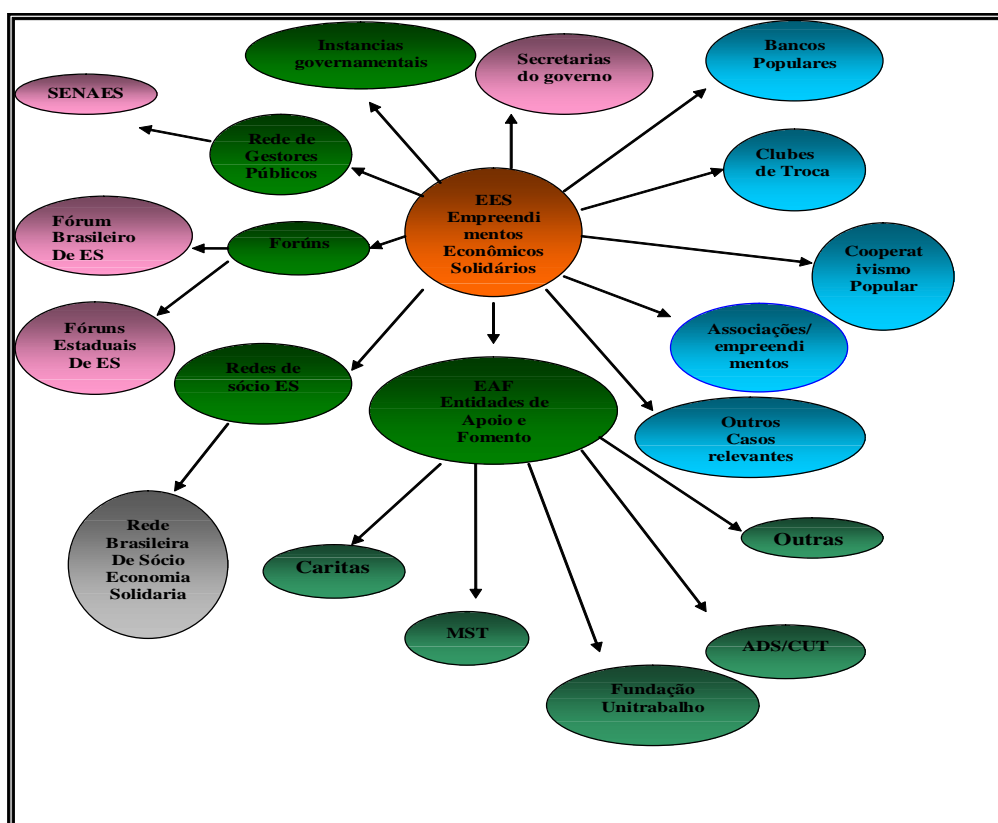


FIGURA 1 – Campo da economia solidária no Brasil

Fonte: França Filho (2002)

Autores	Definições
Mance (2006)	Aspectos como coletividade, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, autossustentabilidade, promoção de desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação do equilíbrio dos ecossistemas caracterizam as práticas de economia solidária.
Singer (2002)	Os indivíduos que não possuem capital e nem poder têm tarefas, poucas tarefas, e podem passar por toda a vida cumprindo-as, o que é profundamente alienante do ponto de vista do desenvolvimento humano. O trabalho como uma forma de aprendizado, crescimento e amadurecimento é uma oportunidade oferecida a todos pela economia solidária.
Gaiger (1999)	Os benefícios gerados por meio das experiências com economia solidária são muitos: sobrevivência imediata, subsistência material, aumento da renda familiar, reinserção social, reativação da vida comunitária, qualificação técnica e profissional, desenvolvimento da autogestão, desenvolvimento do espírito democrático, participação na sociedade e consciência social e política.
Mance (2006)	A economia solidária destaca-se com práticas de relações de colaboração solidária, baseadas em valores culturais, em que o indivíduo é sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. A prática de produção e consumo privilegia a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

QUADRO 1 – Definições da economia solidária.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A rede iniciou suas atividades em 2004, quando se juntaram alguns empreendimentos com o objetivo de produzir, em um pequeno espaço de tempo, cerca de um mês, os primeiros produtos - sessenta mil bolsas de algodão –, que foram distribuídas durante o Fórum Social Mundial 2005, em Porto Alegre – RS. A partir dessa iniciativa, o projeto Justa Trama foi concebido.

No primeiro momento, participaram: a Cones, responsável pela fabricação de fios; a Texticooper (já desligada da rede) que produziu os tecidos a partir do fio; e os dois empreendimentos responsáveis por elaborar os produtos finais da cadeia – a Fio Nobre e a Univens. Para a produção das bolsas do Fórum, também foram mobilizados cerca de 30 outros empreendimentos solidários de confecção da região Sul, mas que hoje, pelo volume de produção da Justa Trama ainda ser pequeno, não fazem mais parte da rede.

A Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – ADEC – juntou-se a esses empreendimentos logo depois, com a atividade de produção de algodão agroecológico, e em seguida, a Cooperativa Açaí, que beneficia as sementes e pedaços de

coco que dão origem aos aviamentos utilizados nos acabamentos das peças, também entrou no projeto.

Por meio de um projeto junto à Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES), foi possível à rede obter os primeiros recursos para iniciar a movimentação de produção, bem como promover a marca e financiar as viagens de encontro da coordenação geral, que é formada por representantes de todos os empreendimentos envolvidos. Eles se reúnem periodicamente, e, nessas ocasiões, tomam decisões estratégicas sobre a rede, democraticamente.

O lançamento dos produtos da Justa Trama aconteceu oficialmente em outubro de 2005, em um evento no Espaço Criança Esperança, na comunidade do Cantagalo, na cidade do Rio de Janeiro, onde moradores da comunidade desfilaram vestindo os produtos da Justa Trama (METELLO, 2007).

É importante destacar alguns órgãos que contribuem direta ou indiretamente no que concerne ao funcionamento adequado da rede no País. São eles: (a) a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, (UNISOL); (b) o Centro de Pesquisa e Assessoria

(ESPLAR); (c) a Fundação Banco do Brasil (FBB); (d) o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); (e) a Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE); (f) o Instituto de Estudos dos Comércios e Negociações Internacionais (ICONE).

Sobre o fornecimento de assistência técnica, até fevereiro do ano de 2007, a ADEC contava somente com o suporte da ESPLAR. Mas, atualmente, também conta com o apoio do Centro de Pesquisa e Assessoria, ICONE. Ambas são organizações não governamentais que atuam como suporte à rede.

A Justa Trama ainda tem toda sua comercialização concentrada no Brasil, porém somente a Itália já ensaia algumas negociações com a Rede. Até o final do ano de 2008, o país ainda não havia fechado a compra de roupas, apenas do fio, porém a Justa Trama pretende desenvolver o aspecto do *design* de seus produtos, e algumas medidas já vêm sendo tomadas quanto a esse novo desafio. Segundo um representante da ADEC, a Justa Trama promete um crescimento considerável nos próximos anos.

Para que um trabalhador rural torne-se cadastrado pela ADEC com a produção do algodão agroecológico, é necessário que esse siga uma série de normas e regras preestabelecidas. Existem tanto os compromissos assumidos pela associação, quanto aqueles que o agricultor deve assumir para que se torne cadastrado. Nas próximas seções, apresenta-se a metodologia, as categorias analíticas utilizadas nessa pesquisa, e os dados levantados na pesquisa de campo.

São muitos os desafios que a Justa Trama enfrenta: a falta de capital de giro, a falta de apoio de órgãos financeiros, e até mesmo a questão climática foi citada como dificuldade enfrentada por todos.

[...] o que a gente enfrenta ainda é o desafio que a ADEC não tem capital de giro; nós estamos nos virando com o adiantamento da compra que as empresas nos adiantam; eles adiantam até 40%. A Justa Trama, agora, se comprometeu com oito toneladas que eles vão comprar esse ano, de me pagar logo, totalmente, para facilitar que a gente compre sem a

Empreendimento Responsável	Formato jurídico	Localização	Etapas da produção
Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural - ADEC	Associação dos Produtores Rurais	Tauá - (CE)	Plantio e beneficiamento do algodão
Cooperativa Nova Esperança – CONES	Cooperativa	Nova Odessa (SP)	Fiação
Coorpestilo -	Cooperativa	Santo André (SP)	Tecelagem e malharia
Fio Nobre	Microempresa Autogestionária	Itajaí – (SC)	Confecção e crochê
Unidas Venceremos – UNIVENS	Cooperativa	Porto Alegre	Confecção
Cooperativa Açaí	Cooperativa	Porto Velho (RO)	Produção de aviamento

QUADRO 2 – Informações sobre a rede Justa Trama.

Fonte: Metello (2007)

gente tomar emprestado. Pode até ser que nós ainda precisaremos tomar emprestado para essa safra de 2008, mas já vai ser menos. [...]. (Técnico administrativo da ADEC).

[...] nós aqui, como nós somos aqui de Tauá, é uma região de semiárido, é uma região de seca, uma região onde nós temos muita dificuldade de um inverno normal [...] Esse ano nós tivemos um inverno que choveu demais, mas passa até 10 anos sem ter um inverno. Por esses fatos a gente dificulta toda essa questão de adesão aqui dentro [...] a questão climática varia, chove numa região, não chove em outra [...]. (Presidente de ADEC).

Existe também um projeto de criação de uma nova cooperativa no município de Quixadá, ou seja, uma nova unidade produtiva, onde também acontecerá o beneficiamento do algodão. Segundo o técnico administrativo da associação, isso fará com que o município se torne um pouco mais independente nesse processo, pois Quixadá produz uma quantidade bastante representativa de algodão. No ano de 2008, o município teve uma safra recorde de produção de 34.577 Kg de algodão orgânico, e foi premiado, mundialmente, pela maior safra.

4 METODOLOGIA

A pesquisa possui como sujeitos-chave do estudo os trabalhadores que atuam na primeira etapa de produção da rede de algodão agroecológico – na plantação e no cultivo do algodão - que acontece no estado do Ceará. Além desses sujeitos, foram ouvidos também informantes-chave, ou seja, pessoas envolvidas com outras atividades administrativas e técnicas da rede.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e dezembro de 2008. No primeiro momento, numa visita exploratória, foram entrevistados o tesoureiro, o presidente e o técnico administrativo da ADEC – associação dos agricultores de algodão –, com sede em Tauá (CE). Em seguida, foram entrevistados 25 agricultores dos municípios de Canindé (9), Quixadá (7) e Tauá (9), no estado do Ceará. A escolha desses municípios para a aplicação da pesquisa deu-se, principalmente, pela representatividade que esses assumem na produção do algodão para a rede. São os municípios com maiores quantidades de agricultores cadastrados.

Com base nos primeiros dados coletados na primeira etapa e na revisão da literatura realizada acerca do tema economia solidária, foi possível, enfim, definir as

categorias que seriam investigadas (cooperação, desenvolvimento humano e sustentabilidade) e cada uma delas, com suas subcategorias.

Categorias	Subcategorias
Cooperação	Confiança, Interação
Desenvolvimento Humano	Eventos, Participação nos treinamentos.
Sustentabilidade	Renda, Preservação ambiental

QUADRO 3 – Categorias e subcategorias do estudo.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para auxiliar no processo de análise, optou-se por utilizar o software de pesquisa qualitativa Atlas/ti, que tem o objetivo de buscar, categorizar, organizar e registrar dados qualitativos. No software, foi realizada a organização das falas dos respondentes de acordo com a categoria em que elas se enquadravam.

5 COOPERAÇÃO

Cooperar pressupõe uma existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, pro-priedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).

Cooperação está relacionada com espontaneidade, voluntariedade e tolerância. Assim, seguindo a ideia no senso comum sobre a cooperação, pode-se afirmar que o indivíduo coopera ou recebe a cooperação, quando procura voluntária e conscientemente, ligado a objetivos comuns, ingressar em uma relação “colaborativa” (MOTTA, 1994).

Para essa categoria, foram definidas duas subcategorias; confiança, interação. A pesquisa buscou investigar como se dá a relação desses produtores com a rede, que acontece por intermédio da ADEC e sindicatos.

Segundo Brito (2002), o termo cooperação pode indicar uma enorme vantagem organizacional, à medida que seus negócios e processos deixam de se caracterizar por relacionamentos distanciados e passam a ser interativos.

Os agricultores entrevistados demonstraram uma forte confiança na ADEC e nos sindicatos em relação aos pagamentos oriundos da venda do algodão, pois essas entidades fazem a intermediação entre a Justa Trama e os agricultores. A maioria dos entrevistados relatou uma enorme satisfação, pois a ADEC e os sindicatos vêm realizando, de acordo com o compromisso que assumiram, os pagamentos no prazo.

A garantia da comercialização é outro ponto que precisa ser considerado nesse contexto, considerando que esse também é um compromisso que a associação assume. Os agricultores demonstraram satisfação em produzir com a garantia de comercializar o algodão, porém, como a plantação em consórcio é também uma norma da atividade, muitos agricultores demonstraram expectativas quanto à comercialização dos outros produtos que plantam. Todos seguindo as mesmas normas de proteção ambiental.

Vale ressaltar, porém, que a maioria desses produtores possui uma baixa escolaridade. Alguns são analfabetos, e para que eles entendam e compartilhem de objetivos é necessário o uso de uma linguagem e de técnicas compatíveis com essa realidade. Sobre isso, o técnico administrativo da ADEC afirma que sempre fala da existência da Rede, mas concorda que seriam necessárias oficinas, atividades orientadas para instruir os agricultores acerca do contexto organizacional e global em que eles se encontram inseridos.

Sobre a interação entre eles, foi possível observar nos assentamentos visitados uma relação familiar, em que a troca de informações é constante. No caso de Canindé e Quixadá, os sindicatos têm uma forte representação na vida dos produtores, que procuram participar efetivamente de reuniões etc.

Tenho uma boa relação com o sindicato. Sou sócio do sindicato. Pra mim, o sindicato é um órgão que ajuda muito a gente aqui [...] sempre que posso, participo. Agora mesmo, recente, estive três dias em Fortaleza, participando de um evento do algodão (produtor de Canindé).

O assentamento visitado em Quixadá, comparado aos outros visitados em Canindé e em Tauá, foi o mais representativo nesse contexto. A relação entre os assentados mostrou-se intensa, caracterizada por um sentimento de colaboração e confiança.

[...] graças a Deus aqui é bom demais, aqui ninguém tem diferença, aqui ninguém tem desunião... E se nós trabalha no coletivo é tudo alegre e satisfeito, nós

aqui não tem problema, é tudo na união, aqui é tudo honesto (Produtor de Quixadá)

Apesar de o trabalho de plantio e colheita do algodão acontecer individualmente, cada produtor tem sua terra, realiza seu trabalho sozinho, mas todos se mostraram conscientes de que o grupo, o papel do sindicato, da associação, é fundamental para que eles obtenham seu lucro.

Nós aqui do assentamento trabalhamos muito em grupo, mas sempre cada um tem o seu individual... Mas na hora que é pra se juntar se eu tô com uma dificuldade, olha gente eu adoeci, tô com uma dificuldade de fazer minha colheita, eu preciso da ajuda de vocês, pronto, estamos todo mundo à disposição um do outro (Produtor de Quixadá).

A relação entre os próprios produtores, quando se trata de um mesmo assentamento, caracteriza-se por uma forte interação. Contudo, quando os agricultores não fazem parte de nenhum assentamento, vivem em casas afastadas, plantam em terras próximas de suas residências, ou seja, o fator geográfico e a própria dificuldade de deslocamento influenciam na relação entre eles. A ADEC e os sindicatos oferecem então um espaço de sociabilidade, onde os agricultores podem trocar ideias e informações minimizando o isolamento da zona rural.

6 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Neste trabalho, a questão do desenvolvimento humano, assim como o próprio conceito do tema no âmbito dos estudos organizacionais, está diretamente relacionada à questões de aprendizagem do indivíduo. Porém, é preciso distinguir desenvolvimento humano de treinamento. O desenvolvimento humano está mais relacionado com a educação e com a orientação para o futuro, e o treinamento é o desenvolvimento de qualidades e habilidades nos recursos humanos, possibilitando o aumento da produtividade e a maior contribuição na busca e no alcance dos objetivos da organização. O principal objetivo do processo de treinamento é o aumento da produção dos indivíduos em suas atividades, o que causa uma forte influência em seus comportamentos.

A promoção de desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas, segundo Mance (2002), caracterizam as práticas de economia solidária. E Singer (2002) afirma que, na economia solidária, o trabalho deve ser uma forma de aprendizado, crescimento e amadurecimento em que se proporcionam oportunidades a todos.

Referindo-se à situação em análise, o treinamento recebido por esses agricultores tem o objetivo de aplicação específica, no caso, a plantação do algodão agroecológico. Porém, esses indivíduos adquiriram, a partir dessa experiência, um conhecimento que passaram a utilizar não somente com o cultivo do algodão orgânico, mas em todos os outros produtos que plantam.

A plantação em consórcio (técnica na qual o cultivo principal é intercalado por outras culturas secundárias que formam uma barreira orgânica contra pragas), atividade obrigatória para eles, já os impede de trabalhar com o feijão, com o milho ou com o gergelim de forma convencional (com o uso de agrotóxicos). Esse desdobramento da atividade do algodão agroecológico tem como reflexo a expansão da agricultura orgânica numa região onde, até então, predominava o uso de agrotóxicos, que além de degradar o solo, também prejudica a saúde daqueles trabalhadores.

Cada agricultor que adere à plantação do algodão agroecológico recebe treinamentos, orientando-os acerca da maneira de plantar, de cultivar, de colher o algodão. São fornecidas as sementes do algodão e junto com elas todas as técnicas de plantio.

Aprendemos a plantar, não desmatar muito, nem ter aquelas queimadas pra devorar as substâncias do solo [...] (Produtora de Quixadá).

Os treinamentos ajudam, porque antes muitos agricultores gostavam muito de usar no plantio, assim, fazer queimadas, fazer aqueles arados nas terras, não fazer curva de nível, então tudo isso hoje tá ajudando né, ajudando o agricultor a preservar o meio ambiente (Produtor de Canindé).

Os treinamentos são fornecidos pela ESPLAR. Os agricultores também recebem visitas mensais. Nessa ocasião, os técnicos avaliam o trabalho individual, a terra utilizada; procuram identificar se as normas estão sendo seguidas. E é nessa oportunidade também que muitos agricultores levantam questionamentos, dúvidas, enfim.

Eu, pra mim, como agricultor, aprendi muita coisa, mas quero aprender muito mais também, porque, cada dia, cada ano que passa, a gente vai aprendendo, né?! [...] Preservar a nossa terra, que é nossa mãe, de onde a gente tira nosso sustento, da nossa família e se a gente começar a destruir, aí a gente vai ta perdendo. É que a gente tem que tratar nossa mãe terra com muito cuidado, aprendemos a não usar o veneno, aprendemos a trabalhar com a questão da curva de

nível pra ajudar nossa terra contra erosão, quer dizer, o Esplar tá de parabéns. Assim, se o trabalhador fizesse direito ia ser bom. A gente melhorou a consciência, quando eu era mais novinho trabalhava com veneno, quando eu fui conhecer que eu tava me matando eu jamais quero usar esse pulverizador (Produtor de Canindé).

Analisando a realidade em que quase a totalidade desses trabalhadores se encontra - baixa escolaridade, desfavoráveis condições de vida, falta de oportunidades - é possível afirmar sob uma perspectiva econômica que o algodão agroecológico representa um aumento de renda, um aprendizado no que diz respeito à atividade com que eles trabalham e ao mundo em que vivem. Contudo, não se pode afirmar que, diante dessa oportunidade, essas pessoas desenvolveram uma visão analítica e estratégica profunda quanto ao mercado. Quanto à própria organização em que estão inseridas, a rede *Justa Trama*, esses produtores desconhecem, em parte, o papel que assumem no âmbito da organização.

7 SUSTENTABILIDADE

Na busca da sobrevivência, os indivíduos entram em relações importantes e necessárias, tanto com outros indivíduos, quanto com a natureza (MARX, 1998). É com foco nessas relações que nasce o conceito de sustentabilidade ambiental.

Os avanços tecnológicos não foram proporcionais ao uso racional e consciente dos recursos naturais, desenvolvendo, assim, uma enorme preocupação ambiental, por parte de diversas organizações pelo mundo. Em alguns países da Europa, na década de 1980, observou-se um aumento quanto à preocupação com efeitos cotidianos pequenos, porém, cumulativos, no sentido de reduzi-los, por meio de hábitos ecologicamente corretos. Porém, para muitos, as questões voltadas para a preservação ambiental eram consideradas marginais (CALLENBACH et al., 1999).

Na década de 1970, houve um surgimento acelerado e significativo de novos grupos ambientalistas. Diante disso, foram realizadas diversas tentativas de avaliação do impacto e da relação desigual entre desenvolvimento e meio ambiente, como: a Conferência da Biosfera, em 1968; o surgimento do Clube de Roma, também em 1968; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), em 1972. Assim, foi possível observar, desde meados do século XX, que o discurso que envolve a consciência ecológica vinha ganhando destaque, apoio, e, com isso, notava-se um aumento da consciência ecológica,

ou seja, nasciam políticas públicas e leis ambientais (LENZI, 2000; SACHS, 2002).

O conceito de sustentabilidade é complexo, pois é considerado sob cinco dimensões: ecológica, social, econômica, espacial e ainda cultural (SACHS, 2002). Por meio dessa óptica multidimensional, em 1990, torna-se notório o efeito ambiental nos hábitos e padrões de consumo. Essa questão, então, passa a ser redefinida e identificada com a maneira de viver e os hábitos e padrões de consumo das sociedades. Portilho (2005, p. 39) ressalta:

[...] nossa hipótese é de que esta redefinição teria se dado a partir de dois deslocamentos discursivos da definição da questão ambiental; 1) do aumento populacional (principalmente no hemisfério Sul) para o modelo de produção das sociedades afluentes (especialmente no hemisfério Norte), e posteriormente 2) da preocupação com os problemas ambientais relacionados à produção para uma preocupação com os problemas ambientais relacionados ao consumo e aos estilos de vida propriamente ditos.

Os estudos sobre sustentabilidade têm também como foco a questão do desenvolvimento sustentável. A partir das discussões sobre o meio ambiente e desenvolvimento, é que nasce o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que pode ser definido como o desenvolvimento que corresponde às necessidades das gerações presentes sem prejudicar as gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

A maioria dos agricultores entrevistados já teve a oportunidade de produzir o algodão convencional, porém, devido a uma praga que se alastrou, na década de 1980, muitos desistiram de continuar produzindo o algodão. Porém, a experiência positiva do algodão agroecológico representou uma esperança para muitos deles:

[...] desde que eu comecei a trabalhar como agricultor, eu sempre plantava o algodão. Mas teve aquele tempo que teve aquele problema, aquele problema “do bicudo”, aí a gente deixou de produzir, de plantar o algodão, mas agora com esse novo projeto do algodão agroecológico, então a gente tá iniciando. Estou vendo que dá certo. É uma saída para o agricultor ter mais uma renda, melhorar mais [...] (Produtor de Canindé)

Nesse caso, os objetivos da rede, no sentido de produzir com base nos princípios da sustentabilidade ambiental, são claramente compartilhados e seguidos entre os produtores.

A gente não precisa mais do veneno para fazer uma boa safra. Para terra é bom, porque alguns nutrientes que ficam na terra, o veneno mata, e não tendo o veneno, com certeza, pode ajudar as terras e a gente também [...]

O bicudo do algodeiro (*Anthonomus grandis*) é a praga mais ameaçadora para a plantação de algodão. Na década de 1980, a praga praticamente dizimou as plantações de algodão da região Nordeste, levando milhares de pequenos e médios produtores à miséria (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2005).

No que diz respeito à prevenção de pragas, os agricultores devem respeitar uma série de normas e regras, e nenhuma delas permite o uso de qualquer substância química. Assim, para o trabalho de prevenção, os produtores usam inseticidas naturais; entre os mais utilizados: a folha do nim, uma árvore nativa da Índia, utilizada há séculos para atividades medicinais e praguicidas; e a urina do gado.

Eu pulverizo com nim, mas também pode ser a urina de vaca, mas já usei mais o nim, contando que você toda a vida você tá se afastando do produto químico, nunca usei, nesses dez anos, sempre tenho respeitando esta parte, porque o veneno já tem coisas que nós recebe o veneno sem querer, se você não evitar você vai prejudica a sua pessoa e aquela entidade que você faz parte (Produtor de Tauá).

No que diz respeito à sustentabilidade econômica, o algodão representa para a maioria dos agricultores a principal renda, pois, por mais que não seja a única atividade em que trabalham, é do algodão que eles conseguem obter o maior lucro, diante do seu trabalho:

[...] graças a Deus, meu dinheiro deu pra minha coisa, comprei minha televisão, comprei minha parabólica, comprei material, ajitei minha cozinha que eu não tinha, tudo com meu dinheiro do meu algodão, graças a Deus. (Produtor de Quixadá).

[...] no momento é o algodão que dá mais dinheiro, porque o milho aqui a gente quase nem vende ele, porque fica pra gente dar às criações, dar a uma galinha no terreiro e assim a gente vai levando, alguns sacos a gente negocia, porque o preço já não compensa no mercado. (Produtor de Quixadá).

O preço pago pela arroba de algodão orgânico, atualmente, é 100% mais caro que o preço pago pelo

algodão convencional. Ou seja, diante disso muitos produtores reconhecem a vantagem econômica que o algodão orgânico traz para suas vidas.

É, porque assim, a gente fica satisfeito, por causa que a gente plantando assim (...) é certo que tem muita dificuldade no plantio do algodão, é muito... a mão de obra é muito grande, a gente tem que cumprir com as normas, do jeito que eles querem, mas, com tudo isso, o dinheiro foi satisfatório, porque, apesar que a gente trabalha, as outras coisas que a gente planta não tem muito lucro, né?! Porque você faz o feijão, passa tanto tempo trabalhando, plantando o feijão e vai vender um saco a 50, 60 reais. E a arroba algodão a gente vende por 24,90, né?! No mercado, mesmo aí em Canindé, o pessoal que plantaram sem ser esse algodão que nós planta, venderam a 12, 15 reais a o da gente é 24,90 (Produtor de Canindé)

Os estudos sobre sustentabilidade têm também como foco a questão do desenvolvimento sustentável. A partir das discussões sobre o meio ambiente e desenvolvimento, é que nasce o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que pode ser definido como o desenvolvimento que corresponde às necessidades das gerações presentes sem prejudicar gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Sobre a ideia de as necessidades presentes não prejudicar gerações futuras, isso é outro fator interessante a ser considerado nesse estudo. Poucos agricultores citaram, em algum momento, a importância da herança de um pensamento e um comportamento sustentável em suas famílias.

Aprendi a respeitar a natureza e entregar aquilo que o solo precisa, pra poder ele me entregar também. E outra, os meus filhos aprenderam muito com isso [...] (Produtor de Tauá).

No entanto, quase todos esses trabalhadores contam com a ajuda de suas famílias, durante o processo de cultivo do algodão. Durante a safra, quando o trabalho torna-se ainda maior, eles têm o apoio dos filhos, dos maridos ou esposas. Isso é um fato que pressupõe um aprendizado coletivo para a família, uma que vez que eles, mesmo que indiretamente, participam e acompanham o processo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, neste trabalho, analisar de que forma a cooperação, o desenvolvimento humano e a

sustentabilidade, presentes na dinâmica da economia solidária, influenciam a atuação dos produtores rurais da rede Justa Trama. Os sujeitos-chave da pesquisa constituem-se de trabalhadores rurais que atuam na produção do algodão agroecológico, que acontece em oito municípios do estado do Ceará. Essa foi uma pesquisa qualitativa, cujo método utilizado foi o estudo de caso e a coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, em três municípios cearenses.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de “análise de conteúdo”, com o auxílio do software Atlas/ti. As três categorias analíticas (cooperação, desenvolvimento humano e sustentabilidade) foram definidas com base na literatura da economia solidária, pois o objeto de estudo tem como princípio básico o trabalho solidário.

Sobre a categoria “cooperação” e suas respectivas subcategorias – confiança e interação -, é possível afirmar que, no geral, há uma relação de confiança entre os agricultores com a associação/sindicatos. A maioria dos entrevistados mostrou-se satisfeita, em relação a vários aspectos dessa relação: prazo de pagamentos sempre cumpridos; melhoria de vida; assistência técnica; e comercialização garantida. No que se refere à interação, quando se trata de agricultores de um mesmo assentamento, esse aspecto se mostra intenso, especialmente, no caso do assentamento visitado em Quixadá, onde foi percebida uma relação familiar entre os agentes. Todavia, algumas dificuldades nesse ponto foram destacadas, como a questão geográfica (a distância entre comunidades) e a dificuldade de locomoção.

Ainda sobre a interação, apesar de a maioria dos entrevistados ter demonstrado um enorme interesse na participação das reuniões realizadas e, de fato, a maioria participa, ainda há muitas informações que esses indivíduos desconhecem. Alguns demonstraram desconhecimento acerca da contribuição de seus trabalhos para a Justa Trama, o que demonstra um aprendizado incipiente sobre o funcionamento da rede e do papel que eles exercem nela.

No que se refere à categoria “desenvolvimento humano”, constatou-se que houve, de fato, um desenvolvimento quanto à educação ambiental e uma consciência ecológica por parte dos agricultores entrevistados. Foi também possível observar que todo conhecimento acerca das técnicas sustentáveis vem sendo utilizado por eles em outras produções, além do algodão. E todas as orientações de proteção ambiental vêm sendo seguidas, compreendidas e respeitadas.

A assistência técnica e os treinamentos oferecidos pelos órgãos de apoio são compromissos assumidos pela associação e pelos sindicatos, e também são rigorosamente seguidos. Para que se torne cadastrado e participe do grupo, o agricultor deve ter treinamentos e acompanhamentos no seu plantio. A diferença entre plantar o algodão convencional e o algodão agroecológico evidencia-se, principalmente, quando esses indivíduos, na prática, constatarem os cuidados, os princípios ecológicos e os benefícios individuais e ambientais que o algodão orgânico lhes causa.

A “sustentabilidade” foi a categoria que se mostrou mais forte na pesquisa. Mesmo quando se analisou separadamente cada categoria, essa, em específico, surgia nas entrelinhas dos relatos, demonstrando sua influência. Todos os agricultores destacaram as vantagens ambientais que seu trabalho representa e souberam discorrer sobre a importância das práticas que realizam para o meio ambiente. Com relação aos aspectos econômicos da atividade, observou-se que a produção do algodão constitui-se na atividade mais representativa na renda dos produtores; com o “preço justo”, o algodão agroecológico é comprado com valor 100% maior que o oferecido pelo mercado.

É importante ressaltar que, grande parte dos entrevistados afirmou desconhecer todo o processo de produção da rede. Por mais que reconheçam a segurança da comercialização do algodão que plantam, não conhecem, exatamente, a dinâmica de produção da organização em que se encontram inseridos. Esse fato mostrou-se uma limitação no processo de gestão da rede Justa Trama e deve ser considerada para que os princípios da economia solidária sejam vivenciados por aqueles integrantes de uma das etapas mais importantes do processo produtivo da produção do algodão agroecológico.

Não foi o objetivo deste trabalho um estudo mais aprofundado da rede Justa Trama, mas a ênfase foi centralizada nos agricultores, que a partir do sertão do Ceará, conectam-se ao mundo globalizado por meio de uma prática inovadora para o cultivo de uma das culturas mais antigas do Nordeste brasileiro: o algodão. Os princípios da economia solidária vivenciados por esses agricultores e explicitados na suas falas demonstra que a utopia de uma forma de produção mais solidária pode ser transformada em realidade por intermédio de redes colaborativas, cujo intuito é construir uma sociedade mais justa e sustentável.

9 REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1999.
- ATLAS da economia solidária no Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies>>. Acesso em: 8 jan. 2009.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Boockman, 2008.
- BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KUPFER, D.; HANSENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 345-388.
- CALLENBACH, E. et al. **Gerenciamento ecológico**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CARRION, R. Alternativas econômicas de trabalho e produção: desafios à consolidação de empreendimentos populares nos moldes da economia popular e solidária. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003. 1 CD-ROM.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Pesquisas de algodão são apresentadas em exposição do DF**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2005-08-02.7000118442/foldernoticia.2005-08-15.5007098231/noticia.2005-08-26.6243866089/?searchterm=bicudo>>. Acesso em: 6 jan. 2009.
- FRANCA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.
- GAIGER, L. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE**, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 61-80, 1999.

- GALVÃO, M. N. **Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho: economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- HANDY, C. **A era do paradoxo.** São Paulo: Makron Books, 1995.
- LAVILLE, J. Fato associativo e economia solidária. **Análises & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 25-34, jun. 2002.
- LENZI, C. L. **O “modelo catarinense” de desenvolvimento: uma ideia em mutação?** Blumenau: FURB, 2000.
- LISBOA, A. M. **A emergência das redes de economia popular no Brasil: economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- MANCE, E. **Redes de colaboração solidária.** Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. Redes de economia solidária: a expansão de uma alternativa global. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2002. 1 CD-ROM.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. v. 1.
- METELLO, D. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso Justa Trama: cadeia solidária do algodão agroecológico.** 2007. 147 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MOTTA, F. **O que é burocracia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NUNES, D. A construção de uma experiência de Economia Solidária num bairro periférico de Salvador. **Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 59-76, 2002.
- PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental: consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.
- RAZZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Revista Proposta**, Santa Maria, n. 75, p. 91-99, fev. 1998.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SINGER, P. **Cooperativas de trabalho.** Brasília: MTE, 2004.
- _____. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. **Solidariedade na economia: uma alternativa à competição capitalista.** Salvador: UFBA, 2003. Disponível em: <http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/EntrevistaPaul_Singer.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.
- SOUSA, S. B.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SOUSA, S. B. (Ed.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-78.